

ACORDO BILATERAL PARA A MOBILIDADE
Válido para os anos académicos 2021/2022 a 2026/2027

Entre (nome e acrónimo da instituição)	Universidade do Porto – U.PORTO	
Pessoa de contacto (nome, morada, telephone, fax, E-mail)	Coordenadora Institucional: Maria Joana Mesquita Cruz Barbosa de Carvalho Pro-Rector for International Relations Erasmus+ Institutional Coordinator Praça Gomes Teixeira, 4099-002 Porto. Portugal (+351) 220 408 034 international@reit.up.pt	Diretor: Professor António Manuel Leal Ferreira Mendonça da Fonseca Contacto administrativo: Hugo Pinto da Silva Gabinete de Relações Externas Rua Dr. Plácido Costa 91 4200-450 Porto, Portugal (+351) 22 0425 296 gre@fade.up.pt
E (nome e acrónimo da instituição)	Universidade Federal de Lavras – UFLA	
Pessoa de contacto (nome, morada, telephone, fax, E-mail)	Antonio Chalfun Junior Diretor de Relações Internacionais Campus Universitário, 37.200-900, Lavras, Minas Gerais, Brasil +55 (35) 3829-1858 dri@ufla.br	

As instituições acima mencionadas concordam em assinar o presente Acordo Bilateral, em conformidade com a legislação em vigor nos respetivos países e as normas de direito internacional, com o objetivo de promover amobabilidade de estudantes, investigadores, professores e pessoal administrativo, para o desenvolvimento das suas qualificações académicas e profissionais, e com base na reciprocidade e como adiante se detalha.

Os números de mobilidade mencionados neste Acordo são fixados a cada ano académico; a reciprocidade e/ou o prolongamento podem ser negociados. Para cada ano académico, ambas as Instituições terão a oportunidade de rever as mobilidades acordadas no documento inicial. Os estudantes nomeados para participar no programa de mobilidade estabelecido pelo presente Acordo Bilateral deverão estar devidamente registados e ter o pagamento das suas taxas académicas e outras obrigações financeiras em dia na sua instituição de origem. Estarão isentos do pagamento das propinas (taxas) na instituição de acolhimento, desde que o princípio da reciprocidade seja assegurado e o equilíbrio dos estudantes participantes neste Programa de Intercâmbio seja preservado em cada instituição envolvida. Estudantes adicionais podem estar sujeitos ao pagamento de taxas académicas na instituição de acolhimento.

Mediante acordo mútuo, podem ser feitas alterações aos fluxos de mobilidade. Estas comprometem-se a respeitar os requisitos de qualidade de cada instituição em todos os aspetos relacionados com a organização e gestão da mobilidade, incluindo o reconhecimento dos créditos concedidos aos estudantes pela instituição parceira, conforme acordado no Contrato de Estudos e confirmado na Transcrição de Registos, ou de acordo com os resultados dos módulos concluídos no estrangeiro, conforme descrito no Catálogo do Curso.

As partes envolvidas emvidarão todos os esforços para assegurar os meios necessários à prossecução dos objetivos deste acordo e a sua assinatura não implica qualquer obrigação financeira para as partes envolvidas.

Ambas as instituições se comprometem a partilhar informação que permita facilitar os fluxos de mobilidade previstos no pleno respeito das regras legalmente em vigor em cada instituição/país, nomeadamente em matéria de Proteção Geral de Dados, propriedade dos direitos, Propriedade Intelectual e outros resultados.

Qualquer dúvida referente à interpretação e/ou aplicação deste Acordo Bilateral será resolvida através de uma negociação direta na qual os respetivos representantes intervirão, com vista a obter uma composição justa dos interesses de ambas as instituições.

ACORDO BILATERAL PARA A MOBILIDADE

Válido para os anos académicos 2021/2022 a 2026/2027

O presente acordo terá a vigência de 5 (cinco) anos, a contar da data da última assinatura, e pode ser denunciado por qualquer das instituições, desde que a partícipe interessada comunique por escrito a sua intenção à outra com, pelo menos, 60 dias de antecedência.

Qualquer caso omissivo decorrente da interpretação ou execução do presente Acordo será sempre resolvido por concordância entre as partícipes, no qual intervirão os respetivos representantes, com vista à obtenção da justa composição dos interesses de todas as participantes envolvidas e, não sendo possível, os atos realizados no Brasil como consequência da aplicação deste Instrumento se regerão pela legislação brasileira e se realizados em Portugal se regerão pela legislação portuguesa, e as transgressões estarão submetidas à jurisdição do local onde ocorrerem.

Mobilidade de estudantes para Estudos

Área		Nível			País		Número totais	
Código	Nome	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	De	Para	No. de estudantes	Duração
	Desporto	X			PT	BR	2	4 a 6 meses
	Educação Física	X			BR	PT	2	4 a 6 meses

Mobilidade de Pessoal para Lecionação

Área		País		Número totais	
Código	Nome	De	Para	No. de Pessoal	Duração
	Desporto	PT	BR	2	2 semanas
	Educação Física	BR	PT	2	2 semanas

Mobilidade de Pessoal para Formação

Área		País		Número totais	
Código	Nome	De	Para	No. de Pessoal	Duração
	Desporto	PT	BR	2	2 semanas
	Educação Física	BR	PT	2	2 semanas

Informação académica das instituições

Universidade do Porto – U.PORTO

Calendário Académico:

https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=calend%c3%a1rio%20escolar%20da%20universidade%20do%20porto

Catálogo de cursos: https://sigarra.up.pt/up/pt/WEB_BASE.GERA_PAGINA?p_pagina=cursos

Procedimentos de mobilidade: https://sigarra.up.pt/up/pt/WEB_BASE.GERA_PAGINA?p_pagina=internacional-candidatura

Universidade Federal de Lavras – UFLA

Calendário Académico: <https://prograd.ufla.br/calendario-cronograma>

Catálogo de cursos: https://sig.ufla.br/modulos/publico/matrizes_curriculares/index.php

Procedimentos de mobilidade: <https://dri.ufla.br/internacional/mobilidade-academica-estudante-internacional>

ACORDO BILATERAL PARA A MOBILIDADE

Válido para os anos académicos 2021/2022 a 2026/2027

Sistemas de classificação das instituições

Universidade do Porto – U.PORTO

Sistema de avaliação:

Classificações locais atribuídas numa escala de 0-20 (mínimo exigido: 10)

18 a 20	Excelente
16 a 17	Muito bom
14 a 15	Bom
10 a 13	Suficiente
0 a 9	Reprovado

A Universidade do Porto implementou integralmente o processo de Bolonha. A U.Porto tem os créditos ECTS e a escala de classificação ECTS em uso (lei nacional - Decreto-Lei nº 42/2005, de 22 de Fevereiro).

Créditos ECTS:

O número de créditos ECTS para cada curso reflecte o número total de horas que um estudante deverá dedicar ao curso (sob a forma de palestras, trabalhos de casa, leituras, ensaios, consultas, seminários, etc.). 60 créditos ECTS expressam a carga de trabalho de um ano de aprendizagem formal a tempo inteiro (ano académico) e os resultados de aprendizagem associados. Na Universidade do Porto, um crédito corresponde a 27 horas de trabalho total do estudante. 1 ano académico completo = 60 créditos e 1 semestre = 30 créditos.

Escala de classificação ECTS:

O U.Porto utiliza, para além do seu próprio sistema de classificação, a escala de classificação ECTS de acordo com a lei nacional para todos os seus estudantes - inscritos num programa completo ou como estudante em mobilidade. A escala de classificação ECTS baseia-se no percentil (complementar à classificação da turma) de um estudante numa determinada avaliação, ou seja, como foi o seu desempenho relativamente a outros estudantes inscritos na mesma unidade curricular/curso nos últimos três anos (ou num grupo significativo de estudantes). Por conseguinte, a nota ECTS não tem uma correspondência fixa direta com a nota local.

Universidade Federal de Lavras – UFLA

Sistema de avaliação Graduação:

Nota maior ou igual a 60	APROVADO
Nota inferior a 60	REPROVADO

Créditos ECTS:

Considerando os parâmetros de valoração adotados no ECTS e o número médio de carga horária semanal de cada módulo das matrizes curriculares dos cursos de graduação ativos na UFLA, os créditos ECTS serão utilizados no âmbito da UFLA respeitando-se a proporção de 1,5 crédito de atividades académicas curriculares equivalendo a 1 ECTS.

Escala de classificação ECTS:

A equivalência entre notas atribuídas aos estudantes e a escala ECTS será expressa por Conceito e respeitará os seguintes parâmetros:

I. A – Excelente - estudante aprovado com nota final entre as 10% melhores, considerando todos os estudantes aprovados na mesma oferta do componente curricular;

II. B – Muito Bom - estudante aprovado com nota final entre as 25% melhores, inferiores e subsequentes àquelas classificadas nos termos do inciso I deste artigo, considerando os estudantes aprovados na mesma oferta do componente curricular;

III. C – Bom - estudante aprovado com nota final entre as 30% melhores, inferiores e subsequentes àquelas classificadas nos termos do inciso II deste artigo, considerando os estudantes aprovados na mesma oferta do componente curricular;

IV. D – Satisfatório - estudante aprovado com nota final entre as 25% melhores, inferiores e subsequentes àquelas classificadas nos termos do inciso III deste artigo, considerando os estudantes aprovados na mesma oferta do componente curricular;

V. E – Suficiente - estudante aprovado com nota final entre as 10% melhores, inferiores e subsequentes àquelas classificadas nos termos do inciso IV deste artigo;

VI. F – Insuficiente - estudantes reprovados em cada componente curricular.

Mais informações: https://prograd.ufla.br/images/IN_23_-_2019.pdf

Outras informações relevantes

ACORDO BILATERAL PARA A MOBILIDADE

Válido para os anos académicos 2021/2022 a 2026/2027

Universidade do Porto – U.PORTO

Alojamento: https://sigarra.up.pt/up/en/web_base.gera_pagina?p_pagina=internacional-viver-alojamento

Visto/Seguro: https://sigarra.up.pt/up/en/web_base.gera_pagina?p_pagina=internacional-info-util-antes-de-partir

Inclusão:

- https://sigarra.up.pt/up/pt/WEB_BASE.GERA_PAGINA?p_pagina=internacional-viver-acolhimento-e-integracao
- https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=1037897

Universidade Federal de Lavras – UFLA

Alojamento: <https://dri.ufla.br/programas/familia-anfitriã>

Visto/seguro: <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/vistos>

Inclusão: De acordo com as diretrizes do e-MAG (Modelo de Acessibilidade do Governo Eletrônico), em conformidade com o Decreto 5.296, de 24.12.2004. A UFLA garante acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência. O termo acessibilidade significa incluir a pessoa com deficiência na participação em atividades como o uso de produtos, serviços e informações. Alguns exemplos são edifícios com rampas para acesso de cadeira de rodas e banheiros adaptados para deficientes.

Com isso, a UFLA possui uma Coordenação de Acessibilidade que visa: Garantir a inclusão de pessoas com deficiência e/ou com necessidades educacionais especiais na vida académica da UFLA, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas, programáticas, atitudinais e de comunicação e informação, promovendo o cumprimento das normas legais, requisitos de acessibilidade.

Consolida a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva a transversalidade da educação especial no ensino superior, por meio de ações que promovam acesso, permanência e participação dos alunos em todos os espaços académicos da UFLA. Além disso, existem as seguintes ações destinadas à acessibilidade: Centro de Acessibilidade - NAUFLA; Programa de Apoio a Alunos com Necessidades Educacionais Especiais - PADNEE; e Programa de Acessibilidade Linguística e Comunicacional - PALCo. Mais informações disponíveis em: <https://praec.ufla.br/10-coordenadorias/acessibilidade>.

Assinaturas dos representantes legais das duas Instituições:

Universidade do Porto

Prof. Joana Carvalho
Pró-Reitora para as Relações Internacionais
E Coordenadora Institucional Erasmus+

Assinatura e carimbo oficial:

Data: dd/mm/aaaa 22/04/2022

Faculdade de Desporto

Professor António Manuel Leal Ferreira Mendonça
da Fonseca
Diretor

Assinatura e carimbo oficial:

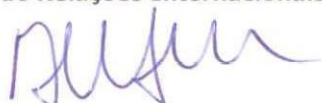
Data: dd/mm/aaaa 9/2/22

Universidade Federal de Lavras – UFLA

ACORDO BILATERAL PARA A MOBILIDADE

Válido para os anos académicos 2021/2022 a 2026/2027

Prof. Antonio Chalfun Junior
Diretor de Relações Internacionais



Assinatura e carimbo oficial:

02/08/2022

Data: dd/mm/aaaa



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS – UFLA
DIRETORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - DRI
 Telefone: +55 (35) 3829-1858 – E-mail: dri@ufla.br



PLANO DE TRABALHO

I - DADOS CADASTRAIS

TIPO DE INSTRUMENTO

ACORDO BILATERAL PARA MOBILIDADE - FADEUP

PARTÍCIPE 1

1. TIPO DE PARTICIPAÇÃO Partícipe	2. RAZÃO SOCIAL UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	3. CNPJ/MF 22.078.679/0001-74	
4. ENDEREÇO DA SEDE (AV., RUA, Nº, BAIRRO) Campus Universitário da UFLA			
5. CIDADE/ESTADO Lavras/MG	6. CEP 37.200-900	7. TELEFONE (35) 3829-1502	8. FAX (35) 3829 1502
9. NOME DO REPRESENTANTE LEGAL ANTONIO CHALFUN JUNIOR			10. CPF/MF [REDACTED]
11. IDENTIDADE [REDACTED]	12. ÓRGÃO EXPEDIDOR SSP/MG	13. CARGO Diretor de Relações Internacionais	14. DATA VENC. MANDATO 30/05/2024
15. ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) dri@ufla.br			16. MATRÍCULA SIAPE [REDACTED]
17. NOME DA COORDENADORA PRISCILA CARNEIRO VALIM ROGATTO			18. CPF/MF [REDACTED]
19. ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) valimrogatto@ufla.br			20. MATRÍCULA SIAPE [REDACTED]

PARTÍCIPE 2

1. TIPO DE PARTICIPAÇÃO Partícipe	2. RAZÃO SOCIAL FACULDADE DE DESPORTO DA UNIVERSIDADE DO PORTO		
3. ENDEREÇO DA SEDE (AV., RUA, Nº, BAIRRO) R. Dr. Plácido da Costa 91			
4. CIDADE/ESTADO Porto, Portugal	5. CEP 4200-450	6. TELEFONE +351 22 042 5200	
7. NOME DO REPRESENTANTE LEGAL MARIA JOANA MESQUITA CRUZ BARBOSA DE CARVALHO			8. IDENTIDADE / PASSAPORTE
9. CARGO Pró-reitora para as Relações Internacionais			10. DATA VENC. MANDATO
11. ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) international@reit.up.pt			
12. NOME DO COORDENADOR ANTÔNIO MANUEL LEAL FERREIRA MENDONÇA DA FONSECA			13. IDENTIDADE / PASSAPORTE [REDACTED]
14. ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) gre@fade.up.pt			15. CARGO Diretor da FADEUP

II – CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

1. TÍTULO

Acordo de Cooperação Acadêmica Internacional entre a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e a Faculdade de Desporto da Universidade do Porto (FADEUP).



2. BASE LEGAL

O presente Plano de Trabalho seguirá, no que couber, os ditames da Lei Brasileira nº 8.666/93, principalmente no que se refere ao Artigo 116.

3. OBJETO DO INSTRUMENTO

Objetiva-se o estabelecimento de uma parceria internacional que permita a cooperação técnica, científica, educacional e cultural entre **UFLA** e a **FADEUP**. Visa-se o desenvolvimento de atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão na área de Desporto/Educação Física.

4. PERÍODO DE EXECUÇÃO

INÍCIO:
A partir da data da última assinatura do Acordo de Cooperação Internacional

TÉRMINO:
5 anos após a última assinatura do Acordo de Cooperação Internacional.

5. OBJETIVOS

Determinar o número de 2 vagas, por ano acadêmico, para mobilidade durante o período do acordo de cooperação específico, na área de Desporto/Educação Física.

Cabe à Instituição de Origem decidir sobre a distribuição das vagas. A Instituição pode, por exemplo, atribuir as duas vagas definidas para cada curso para mobilidade a iniciar no primeiro semestre; pode atribuir essas duas vagas para mobilidade a iniciar no segundo semestre; pode, também, distribuir uma vaga para cada semestre.

O intercâmbio de discentes depende da indicação prévia da instituição de origem e da aprovação da instituição anfitriã, que posteriormente fornecerá ao aluno uma carta de aceite para fins de visto.

6. RESULTADOS ESPERADOS

Promoção de mobilidades entre a **UFLA** e a **FADEUP** a fim de enviar e receber alunos do curso de Desporto/Educação Física, para que isso resulte no aprimoramento das suas habilidades intelectuais e técnicas em suas respectivas áreas.

Aumento da internacionalização da **UFLA** por meio das mobilidades acadêmicas, formação de profissionais capacitados internacionalmente em virtude da realização de intercâmbio, contribuição com o programa Brother **UFLA** e Família Anfitriã por parte dos discentes egressos das mobilidades.

7. JUSTIFICATIVA

Este plano de trabalho, referente ao Acordo de Cooperação Acadêmica Internacional celebrado entre a **UFLA** e a **FADEUP**, justifica-se na medida em que atinge a pluralidade de significados atribuídos ao "interesse público", como o interesse pessoal de um indivíduo ou um grupo de indivíduos que agem como "participantes de uma comunidade maior a qual pertencem". Neste caso, refere-se ao interesse dos alunos, docentes e pesquisadores ao se beneficiarem do intercâmbio entre as partes.

O interesse público também está ligado ao interesse do Estado como Administração Pública, e, outrossim, incluído nesta proposta que converge com o interesse da **UFLA** como membro especial da autoridade de Administração Indireta da União para intensificar a sua política de internacionalização.

Finalmente, destaca-se ainda a interpretação do interesse público relacionado com a garantia dos direitos fundamentais, entre os quais os direitos sociais. O acordo proposto é, a partir dessa perspectiva, relevante, uma vez que afeta interesses relacionados com a educação (direitos sociais consagrados no artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988), permitindo iniciativas de formação e produção de conhecimento.

III – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ETAPA / FASE	META 1	ATIVIDADES	DURAÇÃO	
			Início	Término
I	Estabelecimento do número de 2 estudantes que poderão realizar intercâmbio no semestre.	Contato entre as instituições para estabelecimento do número de vagas e condições de mobilidade, como período de inscrição e requisitos.	Ano 1	Ano 2



ETAPA / FASE	META 2	ATIVIDADES	DURAÇÃO	
			Início	Término
II	Mobilidade estudantil.	Realização de inscrições, processos seletivos e instruções aos estudantes.	Ano 1	Ano 2
ETAPA / FASE	META 3	ATIVIDADES	DURAÇÃO	
			Início	Término
III	Informes e análise das mobilidades.	As universidades avaliarão os resultados das mobilidades e a continuidade da cooperação.	Ano 2	Ano 2
ETAPA / FASE	META 4	ATIVIDADES	DURAÇÃO	
			Início	Término
IV	Novos ciclos de mobilidade.	Novo contato para o estabelecimento das novas mobilidades.	Ano 2	Ano 5
ETAPA / FASE	META 5	ATIVIDADES	DURAÇÃO	
			Início	Término
V	Atividades de cooperação em pesquisa conjunta.	Contato entre as instituições para definição de áreas comuns de interesse para pesquisa conjunta.	Ano 1	Ano 5

IV – DECLARAÇÕES

1. DECLARAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL NA UFPA

Declaro, para os devidos fins de direito, na função de Diretor de Relações Internacionais, que o presente Plano de Trabalho foi apreciado e aprovado pelos órgãos competentes da **UFLA**.

DocuSigned by:

 72089542567485

ANTONIO CHALFUN JUNIOR

SLAPE

CPF/MF


03 de agosto de 202

DATA

2. DECLARAÇÃO DA COORDENADORA NA UFLA

Declaro, para os devidos fins de direito, que o presente Plano de Trabalho foi apreciado e aprovado por mim.

DocuSigned by:



051EE065038545D

**PRISCILA CARNEIRO VALIM
ROGATTO**

SLAPE

CPF/MF

04 de agosto de 202

DATA